

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.371 - SP (2019/0274299-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : INTEGRA OFFSHORE LTDA.
ADVOGADOS : VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680
GABRIEL BARTOLOMEU FELÍCIO TEIXEIRA - DF044085
ALEXANDRE OHEB SION - RJ108153
BERNARDO BARBOSA PIMENTEL PESSOA - MG112729
AGRAVADO : BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A
ADVOGADOS : DÉBORA SCHALCH - SP113514
MARISTELA FABIANA BACCO - SP145937
JOÃO PAULO BALTHAZAR LEITE - SP267167

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. Seguro garantia. Prescrição afastada. Insurgência da seguradora. Admissibilidade. Prazo ânua. Em que pese a suspensão do prazo entre o pedido administrativo e a negativa de pagamento da indenização, observado o transcurso de mais de ano entre a ciência inequívoca do fato gerador do sinistro e o ajuizamento da demanda. Inteligência do art. 206, § 1º, “b”, do Código Civil. Configurada a prescrição. Decisão reformada.

Recurso provido para, reconhecida a prescrição, extinguir o feito, com resolução do mérito.

Os primeiros e os segundos embargos declaratórios opostos foram rejeitados e, nos segundos embargos de declaração, foi condenada a parte ora agravante ao pagamento de multa no importe de 1% (um por cento) do valor da causa atualizado, com base no que dispõe o artigo 1.026, § 2º, do CPC vigente.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.022, I e III, e 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil; e 206, § 1º, II, do Código Civil. Sustenta negativa de prestação jurisdicional. Afirma que o prazo prescricional não se consumou no caso, visto que "a Recorrente demonstrou que seria inconcebível se admitir o dia de 14.07.2014 como a data da ciência inequívoca do inadimplemento da

AMAL, pois nesse dia as partes pactuaram a gestão compartilhada do contrato, com o objetivo específico de possibilitar o cumprimento da obrigação por parte da AMAL" (fl. 298). Aponta que, "no que pertine ao marco inicial da suspensão do prazo prescricional, o qual ambas as partes concordam que se deu em 06/11/2014, o e. Tribunal *a quo*, ao revés, concluiu que seria a data de 26/01/2015, dia em que a Recorrente requereu" (fl. 298). Requer o afastamento da multa que lhe foi aplicada com base no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, quando da oposição dos segundos embargos declaratórios, afirmando que eles não tiveram intuito protelatório.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

No presente caso, a Corte de origem deixou consignados os seguintes fundamentos (fls. 85-88, e-STJ):

Pretende a recorrente o reconhecimento da prescrição do direito da agravada de receber indenização securitária.

Com efeito, o artigo 206, §1º, inciso II, alínea "b", do Código Civil dispõe, in verbis: "Art. 206. Prescreve: § 1º Em um ano: II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo: b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão".

Cumpra ressaltar que o termo *a quo* do prazo prescricional é a ciência inequívoca do fato gerador do pedido indenizatório, conforme dispositivo acima transcrito, bem como Súmula nº 101 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos: "A ação de

indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano”.

No caso vertente, em 09/10/2013, Integra Offshore Ltda. e AMAL Construções Metálicas do Brasil Ltda. celebraram “Contrato de Fornecimento de Equipamentos”, em que a contratada se comprometeu a fornecer 02 (dois) módulos M-12 e 02 (dois) módulos M-17, destinados aos módulos das plataformas do projeto Replicantes do Pré-sal (FPSO P-67 e FPSO P-70) (fls. 52/94 dos autos principais).

Ato contínuo, na data de 31/10/2013, as partes supra mencionadas firmaram contrato de seguro com a agravante, a fim de garantir indenização “pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no Contrato de Fornecimento Amal-Integra nº 640.SP.010/2013, que tem por objeto o fornecimento de 02 (dois) módulos 12 e 02 (dois) módulos 17 Pipe-Rack, destinados aos módulos das plataformas do Projeto Replicantes do Pré-sal (FPSO P-67 e FPSO P-70) descritos na Cláusula Primeira do objeto do Contrato firmado entre o Tomador e Segurado, e coberto por esta apólice” (fls. 200 dos autos principais).

Em 02/01/2014, Integra e AMAL celebraram o “Primeiro Aditivo ao Contrato relativo ao fornecimento dos módulos 12 e 17”, em que transferiram suas posições contratuais às suas filiais, permanecendo a AMAL solidariamente responsável pela execução do contrato (fls. 163/165 dos autos principais).

Após a realização de diversas reuniões, troca de correspondências e envio de notificações, como a AMAL não se encontrava em condições de levar a termo a execução, na data de 14/07/2014, elas firmaram o “Segundo Aditivo” inserindo os itens 1.1.2, 1.1.2.1, 1.1.2.2, 1.1.2.3, 1.1.2.4, 1.1.2.5, 1.1.2.6, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.4.1, 1.1.5, 1.1.6 e 1.1. na cláusula primeira e os itens 3.6.1, 3.6.1.1 e 3.6.1.1.1 na cláusula terceira (fls. 156/176 dos autos principais).

(...).

Posteriormente, em 22/09/2014, pactuado “Termo de Acordo” em que AMAL reconheceu a assunção de “dívidas no mercado (Débito Amal/Débitos Amal) e que sem a quitação de tais dívidas não será possível a execução do objeto do Contrato”, razão pela qual solicitou suporte financeiro à contratante Integra, que se comprometeu pagar por conta e ordem, sem lastro em medições aprovadas, no importe de R\$ 3.493.948,17, atualizados até 09/09/2014, a serem devolvidos até

30/12/2014, conforme discriminado, devendo a AMAL comprovar que possui condições para dar continuidade ao contrato cumprindo todas as suas obrigações (fls. 244/256).

Quanto ao “1º Aditivo ao Termo de Acordo”, não foi subscrito pelos representantes da Integra, devendo ser desconsiderado (fls. 257/259).

Todavia, conforme “Termo de Acordo” descrito sucintamente alhures, datado de 22/09/2014, restou evidenciado o descumprimento contratual por parte da contratada, competindo à recorrida notificar, na mesma data, a seguradora sobre o sinistro, o que não ocorreu.

Portanto, iniciado o termo *a quo* do prazo prescricional em 22/09/2014, data da ciência inequívoca do sinistro pela segurada, observada a suspensão ocorrida entre 26/01/2015, dia do pedido de indenização pela via administrativa (fls. 218/228 dos autos principais) e consubstanciada em 19/05/2016 a recusa ao pagamento da indenização (fls. 237/243 e 413/414 dos autos principais), verifica-se que decorreu o lapso temporal anual em 19/01/2017 (quinta-feira).

Todavia, diante do recesso forense (art. 116, § 2º, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal), o prazo foi prorrogado para o primeiro dia útil, 23/01/2017 (segunda-feira).

Vale consignar que a suspensão do prazo prescricional está descrita na Súmula 229 do Colendo Superior Tribunal de Justiça: “O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão”.

Assim, como a demanda foi ajuizada em 21/03/2017, de rigor reconhecer a prescrição, extinguindo-se o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil.

Com efeito, a análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela Corte de origem, demandaria inevitável reexame de matéria fático-probatória, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. PRESCRIÇÃO ANUAL. INVALIDEZ PERMANENTE. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O prazo prescricional para o segurado ajuizar ação contra a seguradora, buscando pagamento de indenização por invalidez, com base em seguro em grupo, é de 1 (um) ano e começa a fluir da data em que teve ciência inequívoca de sua incapacidade (Súmulas n. 101 e 278 do STJ).

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

4. No caso concreto, para alterar as conclusões do Tribunal de origem quanto à data em que se deu a ciência inequívoca da incapacidade laboral e à inexistência de prova de ocorrência de causa de suspensão do prazo prescricional, seria necessário o reexame do acervo probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial.

5. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 320.903/ES, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 23.10.2014, DJe 31.10.2014.)

Acrescente-se, ainda, que a conclusão proferida pelo Tribunal de origem está em perfeita harmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que:

O prazo prescricional para o segurado ajuizar ação contra a seguradora, buscando pagamento de indenização por invalidez, com base em seguro contratado em grupo, é de 1 ano e começa a fluir da data em que teve ciência inequívoca de sua incapacidade (Súmulas nº 101 e 278 do STJ). (AgRg no REsp 1.577.481/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26.4.2016, DJe 3.5.2016).

A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento pacífico no sentido de que o prazo prescricional anual para a cobrança de indenização securitária tem início a partir da ciência inequívoca da

incapacidade laboral (Súmula 278/STJ), ficando suspenso entre a data de comunicação do sinistro à seguradora e data da recusa da cobertura (Súmula 229/STJ). (AgRg no AREsp 560.317/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 23/10/2014.)

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte, não há o que se reformar, esbarrando o presente recurso no óbice da Súmula 83/STJ.

Ademais, quanto à fixação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do estatuto processual civil de 2015, observo ter havido caráter protelatório nos segundos embargos de declaração, pois a questão foi respondida pelo Colegiado estadual nos julgados anteriormente publicados.

Nesse contexto, para rever as conclusões adotadas no acórdão que julgou os segundos embargos de declaração como protelatórios, seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante a aplicação do verbete sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015, PELO TRIBUNAL LOCAL. RECONHECIMENTO DO INTUITO PROTELATÓRIO. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem reconheceu como sendo totalmente infundadas as alegações da ora agravante e, portanto, o nítido intuito protelatório da utilização dos embargos de declaração pela parte, de modo que é perfeitamente possível a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

2. Inviável o conhecimento do recurso quanto à alegação de ausência de dolo na interposição dos embargos julgados protelatórios pelo Tribunal de origem, uma vez que acolher a tese da recorrente demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, conforme enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 1.201.543/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/5/2018, DJe 18/5/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APURAÇÃO DE HAVERES. CORREÇÃO DE VALORES. CUMULAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 128 E 460 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

4. O Tribunal estadual, soberano no exame do acervo fático-probatório dos autos, entendeu pelo evidente intuito protelatório dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de afastamento da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC de 1973, encontra óbice na Súmula 7 desta Corte.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.138.645/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/3/2018, DJe 23/3/2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora